ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

----------ATA----------

Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila Verde de vinte e nove de setembro dois mil e vinte e três. ----------

-----Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Verde, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Vila Verde, sob a presidência de Carlos António Andrade Arantes, com a seguinte ordem de trabalhos:----------

-----1.- Discussão e votação da ata relativa à sessão de dois de junho de dois mil e vinte e três; -

-----2.- Correspondência – Consideração e análise; ----------

-----3.- Período de antes da ordem do dia; ----------

-----4.- Assuntos propostos pela Assembleia Municipal: ----------

-----4.1. – Ratificação da decisão da eleição, entre os presidentes de Junta, do representante ao XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP, que irá decorrer na cidade de Amora – Seixal, no dia 30 de setembro de 2023. Foi indicado o Presidente de Junta de Freguesia de Oleiros, Senhor Carlos Manuel Gonçalves Cerqueira e suplente o Senhor Jorge Manuel Rodrigues de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Dossãos. ----------

-----5.- Assuntos propostos pela Câmara Municipal: ----------

-----.1.- Discutir e votar uma proposta da Câmara Municipal relativa ao projeto de Regulamento Municipal no Âmbito da Ação Social Escolar. ----------

-----5.2.- Discutir e votar uma proposta da Câmara Municipal cujo conteúdo se refere a proceder à abertura de procedimento concursal para os cargos de direção intermédia de segundo grau (chefe da Divisão de Educação e chefe da Divisão de Sistemas de Informação) e de terceiro grau (coordenador da Unidade de Cultura e Turismo). ----------

-----5.3.- Facultar ao Plenário, para conhecimento e apreciação, o projeto do Código de Conduta do Município de Vila Verde. ----------

-----Ponto 6. - Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca da atividade do Município bem como da sua situação financeira; ----------

-----Ponto 7. - Período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia e Uniões de Freguesia; ----------

-----Ponto 8. - Período de intervenção aberto ao público. ----------

-----Estiveram presentes na reunião sessenta e um membros. ----------

Presidiu à reunião Carlos António Andrade Arantes; Martinha Soares, Primeira Secretária, e José Costa, Segundo Secretário, também estiveram presentes. ----------

-----Face ao pedido de ausência por um período inferior trinta dias, formulado pelos cidadãos José Duarte Fernandes de Sousa, Filipa Oliveira Marques, Elisabete de Jesus da Cunha e Silva, Patrícia Daniela Pereira, foram empossados em substituição dos mesmos, respetivamente, os cidadãos Cláudio Domingues dos Santos Carvalho, João Pedro Araújo da Silva, José Manuel da Silva Pinheiro e Joana Cerqueira Cunha. ----------

-----O Plenário relevou, por unanimidade, a falta, a esta mesma sessão, de Daniel Alves Vieira, que solicitou a sua substituição pelo Deputado Municipal seguinte da lista à Assembleia Municipal de Vila Verde do partido Chega. ----------

-----No primeiro ponto, a ata relativa à sessão ordinária de dois de de junho de dois mil e vinte e três foi aprovada por maioria, com cinquenta e nove votos a favor, zero voto contra e duas abstenções. ----------

-----No segundo ponto - correspondência – consideração e análise -, o Presidente da Mesa informou que rececionou respostas à moção da bancada do PSD intitulada "Linha dupla de Ponte de Lima – Fonte Fria, troço português, a 400Kv", do Gabinete do Primeiro-Ministro e dos grupos parlamentares da Assembleia da República do PSD, do PCP e do Bloco de Esquerda, a acusar a receção da mesma e a referir que havia merecido a melhor atenção. Mais rececionou os documentos que se passa a elencar: uma missiva do Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra e os documentos aprovados no período de antes da ordem do dia da primeira reunião da sessão ordinária de junho do ano em curso daquela Assembleia Municipal (as moções "Pelos Pescadores, pelo Pescador de Sesimbra" e "Pelo Respeito pela pesca nas dinâmicas de gestão e concorrência pelo espaço marítimo"); email do órgão executivo da autarquia da União de Freguesias da Ribeira do Neiva a remeter em anexo a moção aprovada em sede de Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Ribeira do Neiva contra a instalação da linha de muito alta tensão; ofício da Associação Nacional de Assembleias Municipais a informar que a Mesa, nos dias seguintes, ia receber uma publicação intitulada "Guia sobre a prevenção da corrupção no âmbito das autarquias locais – Tomo II O cumprimento normativo das autarquias locais"; missiva subscrita por dois Deputados da Assembleia da República do PCP sob a epígrafe "Repartições das finanças encerradas - atendimento presencial só possível por marcação", encerramento que se prendia, alegadamente, com uma norma que datava de 2014 e que teria sido posta em prática aquando dos constrangimentos gerados pelos epidemia da COVID-19.----------

-----No terceiro ponto – período de antes da ordem do dia - Ricardo Cerqueira, do Bloco de Esquerda, apresentou uma moção intitulada "Menos carros, mais mobilidade", na qual considerou que a mobilidade era fulcral para a qualidade de vida das populações, necessitando de um enquadramento com preocupações ambientais e de justiça social. O desequilíbrio da expansão urbana, conjugado com uma profusa suburbanização que fizera aumentar os tempos de deslocação dos movimentos pendulares, acentuados com o aumento do peso do transporte individual e do investimento nas estradas os quais, por seu turno, haviam acentuado o desmantelamento da ferrovia e feito de Portugal um dos países da União Europeia com maior desequilíbrio na estrutura modal entre rodoviário e ferroviário. A necessidade de criar outra conceção de mobilidade a nível local e regional complementar aos corredores rodoferroviários nacionais, a criação de plataformas logísticas que melhorassem a eficiência do tráfego e facilitassem a formação de cadeias de transporte multimodal, a modernização de estruturas e automatização dos equipamentos que melhorassem a comodidade e garantissem a segurança dos meios, a diminuição das distâncias custo e tempo e a aplicação de programas, tipo PART, para tornar o transporte coletivo mais competitivo e atrativo, eram um imperativo. Era necessário inverter a tendência da supremacia do transporte particular rodoviário, sendo que, segundo os censos de 2021, só 16,6% da população nacional utilizava transportes coletivos, tendo-se registado uma redução de 3,7% face a 2011. Fazendo o estudo do território nas dinâmicas populacionais, de emprego, escolares e de mobilidade pendular intermunicipal, podia-se construir o ponto de partida basilar para a alteração dos padrões de mobilidade. Urgia criar um Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes (PIMT) das CIM Cávado e Ave, visando elaborar um documento estratégico e operacional que servisse de instrumento de atuação e sensibilização, fomentando a articulação entre os diferentes modos de transporte. Tivesse ainda o propósito de implementar um sistema integrado de mobilidade que complementasse meios para diferentes espaços e democratizasse a acessibilidade e o

direito à mobilidade das populações. Assim, a Assembleia Municipal de Vila Verde deliberava o seguinte: 1 – instar a Câmara Municipal a propor ao Conselho Intermunicipal da CIM do Cávado a realização de fóruns de debate sobre a mobilidade na região, de modo a elaborar um Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes como instrumento que equacionasse novas formas de organização e gestão da mobilidade, quer em termos estratégicos quer em termos operacionais, permitindo uma mobilidade urbana integrada tanto a nível regional e intermunicipal como a nível local; 2 – Instar a Câmara Municipal a reivindicar uma política de transporte público coletivo de estratégia concertada entre as comunidades intermunicipais do Cávado, do Ave, do Alto Minho e da Área Metropolitana do Porto, de modo a tornar a mobilidade ambientalmente sustentável, eficiente, integrada e com tarifários que propiciassem um claro alargamento do número de utilizadores, nomeadamente com a criação de um passe de mobilidade intermodal e inter-regional com redução tarifária coberta pelo PART; 3 – Instar a Câmara Municipal a que, junto do Conselho Intermunicipal da CIM Cávado, pugnasse pela defesa do alargamento da rede ferroviária no distrito e na região. ----------

-----Susana Silva, do PSD, conveio que a temática suscitada por Ricardo Cerqueira era uma preocupação já trazida pelas bancadas, nomeadamente pela do PSD, concretamente a questão da via ferroviária, e não teriam qualquer problema em votar esta proposta favoravelmente. Em relação aos outros pontos, os mesmos já existiam e estavam a ser implementados pela CIM Cávado e era conhecido o enorme esforço que a Câmara Municipal tinha feito neste sentido, pelo que até eram redundantes aqueles dois pontos, face à realidade já existente. ----------

-----Esta moção do Bloco de Esquerda foi aprovada por unanimidade. ----------

-----Filipe Silva, do PS, apresentou uma moção de congratulação pela requalificação da Estrada Nacional 101, tendo afirmado que era facilmente constatável a dimensão qualitativa da requalificação da EN 101 recentemente concluída em toda a extensão que percorria o concelho de Vila Verde, com notória expressão na intervenção feita no atravessamento dos vários núcleos urbanos que, assim, tinham visto a qualidade de vida das populações aí residentes ou que delas faziam serventia conhecer um importante e justo melhoramento. Aqueles quase sete milhões de euros, se se considerasse também a rotunda da Loureira, alocados ao empreendimento, haviam deixado uma boa realidade e a esperança de que os poderes públicos não estavam esquecidos de Vila Verde. Tida aquela realidade e tudo quanto nela se consubstanciava no seu todo, a Assembleia Municipal de Vila Verde aprovava um voto de congratulação pela requalificação da EN 101 que, grandes benefícios tinha trazido à extensa mancha populacional do concelho que com ela fora beneficiada. Deveria ser dado conhecimento, ao Ministério das Infraestruturas, do teor da moção e da posição que o Plenário viesse a tomar sobre a mesma.----------

-----Susana Silva referiu que todos ficaram contentes com as obras na EN 101 e que, daquela forma, a situação melhorara um pouco, mas ficariam mais satisfeitos quando o PS trouxesse a moção de congratulação com a construção da variante à EN 101; ainda assim, esta moção ia ter o voto favorável da bancada do PSD, sendo que esperavam continuar a contar com todos os partidos para aquela questão da variante, deveras fundamental.----------

-----Esta moção do PS em apreço foi aprovada por unanimidade. ----------

-----Ana Daniela Barbosa, do Chega, interveio para aludir à instalação de redes de saneamento no norte do concelho, nomeadamente nas freguesias de Ribeira do Neiva, Carreiras de S. Miguel e Arcozelo. Perguntou aos presidentes de Junta se achavam normal que a respetiva

população concelhia, residente naquelas freguesias onde exerciam a direção do Executivo, não tivesse acesso a saneamento. Considerou inconcebível, em 2023, existirem localidades que não possuíam redes de saneamento e referiu que, segundo dados estatísticos, mais de metade da população concelhia não possuía redes de saneamento básico, sendo imperativo distribuir os investimentos municipais em algo essencial. Aquela questão era uma chatice, mas tornava-se ainda mais grave com as obras de remodelação de estradas em curso, em várias localidades, não entendendo como realizavam as obras não aproveitando os trabalhos para colocar as redes de saneamento necessárias. Perguntou à Presidente do Executivo Municipal porque não realizavam os trabalhos de uma só vez, pois, dali a poucos anos, teriam de levantar estradas e caminhos, utilizando, mais uma vez, os dinheiros públicos dos habitantes da região. Estavam a falar de um descontrolo total no gasto de dinheiros públicos, sem qualquer ponderação ou preparação da execução de obras públicas. ----------

-----Emanuel Machado, do PS, referiu que, no próximo ano, iriam comemorar os cinquenta anos de uma das revoluções sociais, culturais e políticas mais relevantes a nível nacional, o insigne 25 de abril de 74 e, além de se associarem àquela efeméride, tinham pela frente a oportunidade de aprofundar alguns dos valores perfilhados. Os grandes valores da Revolução de Abril haviam criado profundas raízes na sociedade portuguesa e projetavam-se hodiernamente como realidades, necessidades objetivas, experiências e aspirações no futuro democrático de Portugal. A participação democrática, especificamente dos jovens, na esfera cívica e política, muitos deles arredados por falta de estímulo, devia ser uma preocupação para o Município, sendo que os estudos existentes sobre a participação política dos jovens em Portugal pintavam um quadro pessimista sobre os seus baixos níveis de envolvimento político. Bastava estar atento ao último projeto desta natureza apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian - "A participação política da juventude em Portugal" – que resultara em diversas publicações académicas que atestavam a perda de interesse dos mais novos nas políticas locais e nacionais. Por isso, a Assembleia Municipal de Vila Verde, bem como o Executivo Camarário, deveriam estar focados em criar as condições necessárias para que os jovens se sentissem motivados a uma participação ativa e responsável também no domínio da política. Assim, os cinquenta anos da Revolução dos Cravos poderiam ser um bom motivo para se começar a fazer este caminho. O Executivo Camarário tinha todas as condições reunidas para convidar as Assembleias de Estudantes e as listas ao Parlamento dos Jovens a tomar parte das nossas Assembleias Municipais. A sua participação seria rotativa e por instituição, definindo, possivelmente, um agrupamento por cada Assembleia Municipal ao longo do ano. A sua presença deveria ser acompanhada de, pelo menos, uma intervenção no período aberto ao público, de forma a uma mais objetiva aproximação dos problemas com que os jovens do concelho deparavam. Depois, num segundo momento, deveria constituir-se uma equipa que diligenciasse todas as dinâmicas logísticas para a constituição da Assembleia Municipal Jovem, enquanto espaço institucional privilegiado para a discussão das estratégias de futuro a adotar pelo Município para os mais jovens, surgindo igualmente como órgão articulador da sua ação com a Assembleia Municipal, na perspetiva de um reforço democrático e de uma real implementação de políticas mais orientadas para as necessidades dos mais jovens. Um e outro exercício seriam o efetivar de diversas ações com o objetivo de promover a participação cívica e cidadã dos jovens do concelho, cujas opiniões, interesses e vontades deviam ser finalmente ouvidas e cada vez mais valorizadas. Num tempo em que se discutiam modos e meios de cativar os jovens para iniciativas políticas, este caminho seria imprescindível, tendo em vista a

integração dos jovens na política. O real impacto destas iniciativas era por demais evidente: o desenvolvimento e aprofundamento do espírito de participação cívica e política no seio da comunidade escolar; a promoção para a formação dos jovens, através do desenvolvimento integral da sua personalidade e formação de carácter; o favorecimento de competências de argumentação no debate e defesa das ideias entre pares, com respeito pelos valores de tolerância, convivência democrática e da formação das decisões por vontade da maioria; a promoção de um conhecimento maior dos órgãos locais de tomada de decisão, bem como os seus intervenientes, promovendo o diálogo estruturado entre jovens e os responsáveis pelas políticas locais; o desenvolvimento, nos jovens, de competências para o exercício de uma cidadania ativa e responsável, valorizando a sua participação informada, na defesa dos seus direitos e na assunção dos seus deveres de cidadão; a demonstração da importância da intervenção dos jovens para a resolução de questões que afetavam o seu presente e futuro, individual e coletivo; o provimento de uma formação política e cidadã dos jovens, por meio de atividades que os levassem a compreender melhor a organização dos Poderes, especialmente do Legislativo, e a importância da participação popular e a promoção de uma cidadania participativa nas crianças e jovens. O mesmo orador do PS reafirmou a importância de percorrerem todos aquele caminho, ainda mais quando a nossa Assembleia Municipal era o retrato da ausência de jovens nos órgãos de decisão política e que eram também responsáveis pelo futuro da política a nível local e, nesse sentido, considerava que todos deviam partilhar daquela recomendação ao executivo camarário. ----------

-----Nuno Queirós, do PSD, depois de aludir ao teor de um livro de Augusto Cury, no qual o autor defendia a educação pela positiva, recompensando o que se fazia bem e ignorando o que se fazia menos, o que contrariava a tendência geral para se atentar no que era negativo e se ignorar o que era positivo, mormente no que com as notícias se prendia, fez um balanço do Verão de 2023 no tocante ao abastecimento público de água, ao serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos e aos incêndios. No tocante ao primeiro, aludiu à construção de 12 quilómetros de novas condutas de água, e ao acréscimo de meio milhar de consumidores domésticos. Referiu que havia sido um período de Verão sem falhas, tendo ocorrido apenas dois casos não atribuíveis ao serviço, e que se verificara um consumo mais regrado. Elencou as medidas tomadas. A saber: criação das zonas de medição controlada com a instalação de vários caudalímetros na rede, dando-se, assim, início a medidas de telemetria nos depósitos que tinham permitido uma actuação proativa na antecipação das eventuais falhas; rápida atuação das equipas de piquete, mediante o reforço de efetivos, no Verão, para reparação das ruturas na rede pública; a inexistência de grandes incêndios; a deteção de ligações clandestinas ao sistema público e a anulação dos sistemas de rega que utilizavam água da rede pública. Questionou se teriam existido menos resíduos, num período de habitual elevado afluxo de emigrantes, e considerou que o serviço não estava perfeito, mas revelava-se muito melhor, sem as situações de amontoação que se tinham visto no ano anterior. Quanto a medidas, aludiu ao reforço da capacidade, com mais de cem novos contentores em zonas críticas; reforço da capacidade de recolha em trinta e três por cento, com a colocação de mais um camião em serviço, e a intensificação do número de passagens nas freguesias com maior afluência de emigrantes. Em matéria de incêndios, referenciou a diminuição das ocorrências e da área ardida, relativamente às médias para a década 2010-2020. De acordo com os dados do SGIF, até 27 de setembro, tiveram lugar menos 124 ocorrências, a área ardida cifrara-se em 311 hectares e a eficácia ascendera a 93%, isto é, em 93% dos casos, a área ardida fora inferior

a 10 hectares. O mesmo orador social-democrata enalteceu o bom funcionamento dos pontos avançados de vigilância; a rápida prontidão dos bombeiros, parceiros indeclináveis da Proteção Civil que tinham vindo a dar passos muito importantes em termos de organização e de eficácia de atuação que importava realçar e reconhecer; a maior fiscalização da limpeza dos terrenos; a comparticipação do Município, em cinquenta por cento, para mais uma Equipa de Intervenção Permanente nos bombeiros; a criação, em conjunto com a Associação Florestal do Cávado, de zonas de gestão de combustível para a existência de zonas tampão para possíveis incêndios e a melhoria, actualmente em curso, obtida com a beneficiação e alargamento de uma plataforma com mais de 40 quilómetros, referente à rede primária de caminhos florestais. Mais destacou as constantes sinergias de trabalho das várias equipas no terreno, designadamente os Bombeiros Voluntários de Vila Verde, a GNR, a EMIF, a Associação Florestal do Cávado, as juntas de freguesia e diversas instituições que tinham permitido estabelecer condições para garantir a segurança de pessoas e do inestimável património natural. Tudo isto permitia fazer um balanço muito positivo do grau de consecução dos objetivos definidos no âmbito da Proteção Civil Municipal, esperando, no próximo ano, poder fazer um balanço, pelo menos, semelhante a este. ----------

-----A Presidente da Câmara Municipal agradeceu a intervenção de Nuno Queirós que incidiu sobre três áreas complicadas emergentes no período de Verão e que, efetivamente, haviam corrido bem no corrente ano. Agradeceu a todos quantos haviam sido intervenientes naquele processo. Relativamente à intervenção de Ana Daniela, do Chega, referiu que o concelho compreendia um território de 220 quilómetros quadrados e que as redes de saneamento estavam a ser construídas. A Edil admitiu que gostaria de ter uma varinha mágica para que toda a rede de saneamento básico ficasse imediatamente feita. Estavam a construí-la e, nestes dois anos, haviam investido imenso nesta área e continuavam a fazê-lo. No próximo mês, iam lançar mais cerca de dois milhões de euros para saneamento básico a acrescer a igual montante nestes dois anos. A rede não podia ser construída de forma descontrolada, tendo de obedecer a um tronco comum, com coletores e condutas, para que fosse viável essa mesma construção. Estavam a fazê-lo sempre de forma articulada com as freguesias e mais uma grande fatia de saneamento ia ser iniciada ainda este ano. Tinham um investimento para fazer a dez anos, sendo que o novo PDM obrigava à calendarização do mesmo, o que estava a ser feito na perspetiva de que, o mais rapidamente possível, a rede fosse construída. Estava a ser investido, naquele momento, cerca de um milhão e meio de euros nas estradas, contemplando quinze artérias, podendo as intervenções ficar concluídas até ao final do ano, se o tempo assim o permitisse. Estavam já concluídas a de Arcozelo e as das Eiras, em Duas Igrejas, e, na próxima semana, iam para Parada de Gatim, ainda no lote um, porque o lote dois já estava a ser feito em Vila Verde e, muito brevemente, em Escariz, completando três lotes que haviam beneficiado, cada um, de investimentos de cerca de quinhentos mil euros. Nos casos específicos aludidos pela oradora do Chega – Arcozelo, Duas Igrejas e Parada de Gatim -, conforme os respetivos presidentes de Junta podiam confirmar, haviam sido colocados todos os negativos, para obviar à destruição do construído. Em Parada de Gatim, estava a ser feita a rede que era necessário para, na altura do início da obra da estrada, a mesma já estar concluída. Todos os outros casos estavam já devidamente infraestruturados, sendo este o objetivo do investimento do aludido um milhão e meio de euros. As estradas que estavam a ser intervencionadas, em Escariz, Turiz, Soutelo, Vila Verde e Lage, já tinham as infraestruturas colocadas. Assim, estavam a fazer com que todo este conjunto de estradas já muito degradado

e que carecia de intervenção, fosse recuperado. Iam, todos os anos, fazer aquele esforço para lançar um procedimento para requalificar as vias mais danificadas. Muito do investimento em saneamento não tinha ainda a correspondência, a cem por cento, das pessoas que estavam a ser servidas, existindo muitos casos de pessoas com saneamento a passar à porta que não estavam a aderir à respetiva ligação. Asseverou que ia à próxima reunião do Executivo Municipal uma proposta no sentido de existiram três meses para todas poderem aderir a esta ligação gratuitamente. A partir de janeiro, ia uma equipa para o terreno monitorizar aquelas ligações e falar com as pessoas para que o fizessem. Tinham de ter a certeza de que toda a gente estava a usufruir daquele investimento. Esclareceu que estavam já a ser preparadas as comemorações dos cinquenta anos do Vinte e Cinco de Abril, para que as mesmas tivessem lugar com a juventude, com uma participação de toda a sociedade. Se havia Município que envolvia os jovens era Vila Verde. Recordou que Vila Verde tinha já o selo de Cidade Amiga das Crianças e o de Município Amigo da Juventude, não havendo muitos municípios no país que se pudessem dar àquele luxo. Vila Verde havia criado um serviço próprio que desconhecia existir em qualquer outra Câmara, o GIF, que estava a realizar um trabalho notável, indo a todas as escolas, a informar os jovens, a falar-lhes dos seus direitos e deveres, do que era ser criança e jovem. Naquele momento, um grupo estava envolvido num processo de participação, nomeadamente na escolha do logotipo, grupo este que se encontrava em crescimento, estando a ser auscultado sobre aquilo que considerava importante realizar no concelho. Tivera oportunidade de estar com o grupo na última sexta-feira e de perceber a qualidade das propostas que os jovens apresentavam. Via muitos jovens no Plenário e reparara que os jovens, atualmente, iam além dos trinta anos, sendo que as isenções já os contemplavam até aos trinta e cinco e mesmo quarenta anos de idade. Existiam muitos jovens a recorrer à queles benefícios, nomeadamente isenções de IMI. Sublinhou que era um jovem Vereador que tinha o pelouro da juventude e não levavam lições neste capítulo. No próximo mês, ia ser lançado o orçamento participativo para que os jovens, nas suas escolas, pudessem desenvolver projetos, contemplando cinco mil euros para o pré-escolar e o primeiro ciclo, a mesma quantia para os segundo e terceiro ciclos e outros cinco mil euros para o ensino secundário e profissional. ------

-----O ponto 4.1. foi aprovado por unanimidade. ----------

-----No ponto 5-1-, Ricardo Cerqueira considerou que o documento em apreço era feliz, embora os valores em questão, relativamente a há dois anos, tivessem já sofrido um aumento relevante. O Bloco de Esquerda congratulava-se por constatar que, felizmente, as refeições eram completamente asseguradas de forma gratuita, no escalão A. No que concernia às atividades, isso não era conseguido, sendo uma pena que os jovens de agregados familiares mais carenciados não pudessem usufruir daquela que era também uma parte importante da atividade da escola, tanto letiva como do ponto de vista social e educativo, de forma igualmente gratuita. ----------

-----Branca Malheiro, do PSD, referiu que a bancada do PSD se congratulava com a criação daquele Regulamento Municipal, no âmbito da ação social escolar, visando uniformizar aquilo que era a legislação que andava a ser aplicada ao longo do concelho, condensando-se a informação de todos num só espaço, permitindo um mais fácil acesso para o público, na medida em que qualquer pessoa encontrava toda a informação num só documento. Como eram apologistas da simplificação de procedimentos, iam votar este ponto favoravelmente. ----

-----O ponto 5.1. foi aprovado por maioria, com sessenta votos a favor, uma abstenção e zero votos contra. ----------

-----No ponto 5.2., João Silva, do PS, esclareceu que nada tinha contra o preenchimento das vagas, no respetivo concurso, no entanto, o júri, a sua formação e todo o objeto não davam garantias de transparência e equidade, razão pela qual iam votar contra. ----------

-----A Presidente da Câmara Municipal referiu que se tratava de um procedimento concursal que estava já no Plano votado em novembro do ano passado, seguindo as necessidades de recrutamento, estando, naquele momento, com divisões de educação e de informática sem chefia, o mesmo sucedendo com a unidade cultural. O habitual, quando falavam daqueles cargos de direção, era convidar alguém do Município, dos recursos humanos, alguém da Câmara Municipal de Braga, uma pessoa que tinha que ver com a área, e outra da CIM do Cávado. Questionou João Silva sobre as razões deste procedimento não dar garantias de rigor e transparência, uma vez que as pessoas eram devidamente qualificadas para realizar este recrutamento, para ficarem a saber o que tinha contra as pessoas que iam fazer o recrutamento das chefias. ----------

-----O ponto 5.2. foi aprovado por maioria, com cinquenta votos a favor, oito votos contra e três abstenções. ----------

-----No ponto 5.3., a Presidente da Câmara Municipal esclareceu que não tinha que trazer o ponto em apreço, porquanto não era obrigatório que o mesmo viesse à Assembleia Municipal, mas haviam querido facultá-lo para que todos tivessem conhecimento do teor do documento, justamente para que situações como a que acabara de acontecer estivessem ali devidamente documentadas, documentando tudo o que deveria ser o código de conduta, de transparência, relativamente ao Município, contemplando princípios como o da igualdade, proporcionalidade, igualdade de género, justiça, imparcialidade, independência, colaboração e boa-fé, lealdade e cooperação, transparência e responsabilidade, confidencialidade e sigilo, integridade, princípio do profissionalismo e melhoria contínua, assim como da transparência e tratamento de dados pessoais, da prevenção da corrupção e infrações conexas, Tratava-se de um relatório para conhecimento e para que todos soubessem que era aquele código de conduta que seguiam no dia a dia. ----------

-----O Presidente da Mesa revelou que o documento em apreço ficava disponível nos serviços administrativos da Assembleia Municipal para consulta. ----------

-----No ponto 6. - apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município bem como da sua situação financeira – não se verificou qualquer pedido de intervenção. ----------

-----No ponto 7. - período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias -, o Presidente da Junta de Freguesia de Lanhas interveio para assinalar que, neste dia, faziam dez anos que o Edil e vários colegas seus haviam iniciado o seu trabalho em prol das respetivas comunidades e para dar os parabéns àqueles que se encontravam presentes, porquanto se tratava de uma missão e considerava que a tinham cumprido bem, realizando um bom trabalho, até porque, entretanto, já haviam passado por novas eleições e tinham recebido a confiança dos seus eleitores. Exortou-os a que continuassem a realizar um bom trabalho, com o apoio do Município, sempre na defesa das pessoas que os haviam eleito. ----------

-----No ponto 8. – período de intervenção aberto ao público -, o cidadão Dr. Martinho Gonçalves sustentou que era sabido que, em Vila Verde, nem todas as instituições particulares eram devidamente acarinhadas, especialmente pelas autoridades políticas do concelho. Era o caso do grupo de música Raízes, uma das mais antigas e melhores instituições de Vila Verde, com 43 anos de vida, conhecida e reconhecida no país e no estrangeiro. Desde a sua primeira atuação em Vila Verde, no ano de 1980, que os políticos sempre haviam olhado para o Raízes como seu inimigo, nunca o tendo apoiado de qualquer modo. Este grupo nunca havia sido solicitado pelo Município de Vila Verde nem pelas freguesias do concelho, para representar o concelho, no país ou no estrangeiro. Questionou como se podia explicar que um dos melhores grupos de música popular portuguesa não fosse solicitado pela Câmara da sua terra; como podiam os políticos desta terra ter misturado a política partidária e a arte dos homens. Aquela era e sempre fora uma das manchas políticas que mais haviam marcado e manchavam o poder político em Vila Verde, por isso, tinha feito muito bem o Chico Malheiro, o símbolo da música popular de Vila Verde, que se sentira publicamente abandonado e triste. Logo ele que bem merecia ser acarinhado, como haviam feito a tantos outros que tinham dignificado o folclore de Vila Verde. Como era o caso do Manuel Rodrigues, o senhor folclore; o Manuel Grilo, um dançador exímio; o António Alves, o Peta, o homem da concertina; o Zé Seco, dançador com modo da sua vaidade; a Minda Marta, a Graça Bacalhau, a Isabel Cruz, a Joaquina Gonçalves, uma das melhores dançadoras do Minho; o João Calvário, mestre de cavaquinho, juntamente com o Augusto Rodrigues; o Joaquim Malheiro, o Mário Vilaverde; o José Pereira Oliveira, o homem da concertina. Todos, comandados pelo Sr. Mário Galinha; o José Sousa, o João Carlos Machado e o Manuel Nogueira, entre tantos outros que não era possível enumerar. Era indiscutível que o Chico Malheiro já tinha o seu nome e o seu valor ao lado daqueles grandes símbolos do folclore de Vila Verde. Assim sendo, por muito que se quisesse esconder, a verdade era que o motivo para o Chico Malheiro ser tratado pelos donos do poder daquela forma miserável era simplesmente de índole política, o que era muito feio. O Chico Malheiro, que era um senhor que sabia estar na vida, certamente iria continuar a alegrar o povo daquelas terras de tantos outros concelhos e sempre poderiam ir ouvi-lo nos territórios vizinhos que também tanto gostavam de ouvir o Raízes. Martinho Gonçalves mais referiu que percebia e comungava da sua tristeza, assim como o seu desabafo público àqueles que o seguiam e o admiravam, mas ia ficar na história da cultura musical de Vila Verde. Aqueles que queriam afastá-lo dos Vilaverdenses não ficariam na história deste concelho. Essa seria a sua vitória e a derrota de quem queria que ele se dobrasse para ser servidor do político. Chico Malheiro era de uma família que Vila Verde estimava e considerava, pelo que deveria continuar assim, não quebrando e mantendo a sua dignidade e a sua seriedade. Vila verde gostava de si e precisava muito de gente como ele. Olhando para a ausência total do seu partido em Vila Verde, Martinho Gonçalves estava ali para o defender publicamente, em nome da cultura e da liberdade. ----------

-----A Presidente da Câmara Municipal agradeceu a Martinho Gonçalves o facto de ter ali trazido o nome do seu tio, da sua mãe, do seu pai e de tantas pessoas que faziam a história do Grupo Folclórico de vila Verde, tantos Vilaverdenses que, ao longo daqueles sessenta e cinco anos, haviam feito a história e a cultura, levando Vila Verde pelo mundo. Acrescentou Martinho Gonçalves, Júlia Fernandes, todos haviam feito aquela história. Se havia pessoa que defendia o folclore, as tradições, as raízes, era a Edil e ninguém ali poderia dizer o contrário. Não era por acaso que, como Presidente, mantinha o pelouro da cultura, porque esta é que

definia um povo e definia o povo Vilaverdense. O Chico Malheiro nunca, em hipótese alguma, havia sido excluído do que quer que fosse, pelo que a Edil não aceitava que o mesmo estivesse a ser posto de lado por quem quer que fosse, tão-pouco pelo Município. Não era verdade que nunca houvesse atuado, porquanto já tinha atuado em alguns espetáculos em Vila Verde, desde 2009, altura em que a Edil começara a exercer funções políticas no Município de Vila Verde. O Raízes ia atuar no dia 24 de Outubro, Dia do Concelho; era um dos primeiros grupos vilaverdenses, por todos acarinhado. Questionou quem não se lembrava da sua formação inicial, quem não se lembrava do Lago, do Chico, da Mira, que era colaboradora do Município e continuava a cantar com o mesmo, aplicando a sua linda voz; quem não se lembrava da Boiada, do Lavra Boi Lavra, pela voz da Mira, composições que o seu tio Manuel Rodrigues havia criado e que hoje faziam sucesso a nível nacional. Vila Verde era um dos concelhos mais ricos em grupos folclóricos, chegando a ter mais de vinte grupos; hoje, alguns deles com dificuldade, mas Vila Verde tinha bons grupos. Era um grande orgulho terem toda aquela riqueza etnográfica, todo aquele folclore. Olhavam para um grupo e viam que a juventude estava lá, os rapazes e as raparigas, como eram sempre carinhosamente chamados pelo Sr. Nogueira. Tinham jovens em todos os grupos e era um grande orgulho perceber que a tradição estava bem entregue. A Edil não via em que é que o Chico Malheiro estivesse a ser ostracizado, porque não estava, sendo que o mesmo tinha colaborado, tinha estado na Biblioteca com o Zé Moças, no programa Aqui Há Cultura, desenvolvido com a EPATV, em colaboração com o Município, sendo um dos melhores tocadores de cavaquinho do país e o Júlio Pereira vinha muitas vezes à casa do Chico Malheiro tocar com ele. Era um grande orgulho terem homens como o Chico Malheiro e outros elementos da sua família que eram excecionais tocadores de cavaquinho. Portanto, só tinham a agradecer o seu trabalho, tal como o de tantos homens e mulheres que tanto faziam pelo folclore e pela tradição e, assim, ajudavam a manter aquela cultura que tanto os distinguia e identificava no país e no exterior. Deixou o testemunho, porque conhecia o Chico Malheiro, tal como o Dr. Martinho Gonçalves, desde criança, estivera no Grupo Folclórico no mesmo tempo e todas as pessoas em que Martinho Gonçalves falara eram pessoas com quem crescera, que respeitava, apreciava e valorizava, tanto quanto podia, na sua atividade profissional e pessoal. A Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde, Dra. Júlia Fernandes, pediu, e assim aconteceu, para o Grupo Folclórico de Vila Verde, que fazia vinte e cinco anos, para todos os grupos e, acima de tudo, para o grupo Raízes, uma grande salva de palmas. ----------

-----O Dr. Martinho Gonçalves voltou a intervir para afiançar que sabia o que fazia e aquilo que dizia e viera ali porque, antes, tinha ido falar com o Chico Malheiros e perguntar-lhe se poderia ir fazer aquilo, tendo o mesmo dito que o fizesse, porque aquela gente merecia. As pessoas sabiam quem era acompanhado e quem não o era, sendo preciso dizê-lo, porquanto o que de melhor tinham, em Vila Verde, eram o Grupo Folclórico e o grupo Raízes, e perguntou como era possível que, desde dois mil e onze, este não atuasse em Vila Verde, sendo que tal não lhe afigurava normal. Estava nas redes sociais o que o Chico Malheiro havia dito sobre aquele assunto. ----------

-----A minuta da ata da reunião de vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e três foi aprovada por unânime vontade dos membros presentes na Assembleia, em número de sessenta e um, aquando da votação e apresentação da mesma, e com vista a que as respetivas deliberações se tornassem executórias e pudesse, assim, produzir efeitos imediatos. ----------

-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou apresente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. ----------
-----Paços do Concelho de Vila Verde, em catorze de dezembro de dois mil e vinte e três.---------
---

O Presidente

A Primeira Secretária

O Segundo Secretário